

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC-GO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES – EFPH
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E
PRÁTICAS PARA UMA ESCOLA PARA TODOS**

Monografia apresentada ao Curso de Matemática, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Matemática.

Orientador: Duelci Aparecido de F. Vaz

GOIÂNIA-GO

Junho/2025

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PRÁTICAS PARA UMA ESCOLA PARA TODOS

Monografia apresentada ao Curso de Matemática, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Matemática.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Duelci Aparecido de Freitas Vaz
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Orientador

Prof. Dr. Adelino Cândido Pimenta
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Banca

Profa. Dra. Bianka Carneiro Leandro
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Banca

Profa. Dra. Vanda Domingos Vieira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Banca

GOIÂNIA-GO

Junho/2025

Dedico este trabalho à Deus, que sempre me capacita, me encoraja e me faz acreditar que tudo posso Naquele que me fortalece.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado até aqui, por ter me dado força, perseverança e disposição mesmo diante das tribulações, me ajudou a superar as dificuldades e alcançar o meu sonho de ser um professor de matemática.

Agradeço à minha mãe, que tanto sonha em me ver formado, por tudo que tens feito por mim ao longo de minha vida.

Um agradecimento especial ao meu falecido pai, Waldir Rosa dos Santos, que não mediu esforço para cuidar de mim e de minha família, sempre a disposição para me estender a mão.

Agradeço ao meu filho Lucas Mickael Lacerda Rodrigues, por me ensinar o que é amar, cuidar e proteger. Admiro sua força de vontade de lutar pelo que quer.

Agradecimento a todos os docentes da PUC-GO que me ajudaram em minha caminhada acadêmica que tanto contribuíram para a realização desta conclusão de curso.

Agradeço ao Professor Duelci Aparecido de Freitas Vaz, por acreditar em mim, por me instruir e me ajudar de uma maneira extraordinária e a encarar a pessoa que hoje sou. Pela amizade, parceria e companheirismo. Tanto te admiro pela pessoa que és.

Agradeço aos meus professores Adelino Cândido Pimenta, Bianka Carneiro Leandro, Vanda Domingos Vieira, e a tantos outros professores que compartilharam seus conhecimentos e orientações com generosidade, que se dispuseram de sua inteligência no decorrer do curso, me ensinando e exemplificando a ser um professor verdadeiro.

Agradeço a todos que torcem pelo meu sucesso, meus familiares, amigos e colegas que tive o prazer de conhecer dentro e fora da faculdade. Pelo apoio incondicional, paciência e incentivo. Àqueles que me faz acreditar que sou capaz de vencer mesmo sem eu acreditar em mim mesmo.

Enfim, agradeço a mim, Fernando Rodrigues dos Santos, pela força, coragem, dedicação e fé, pois mesmo em lágrimas, olhando em meus olhos, pude acreditar que tudo passa e passará, ficará tudo bem no amanhã e que poderei vencer todos os obstáculos na presença daquele que nunca desistiu de mim, DEUS.

RESUMO

Durante nossa formação para professor de Matemática, a inclusão de alunos com necessidades especiais foi se constituindo como campo importante de investigação para minha atuação na escola básica. Desta forma, este trabalho investiga a relação entre a legislação e a sua prática na escola básica, levando em consideração a formação dos agentes da escola e sua estrutura física, enquanto condição material e imaterial para consolidação do trabalho de inclusão, o que leva diretamente ao problema de nossa pesquisa, a saber: Qual a relação entre a legislação, a teoria de formação e prática da inclusão no chão de uma escola básica de Goiânia? Para realizar a pesquisa, investigamos a evolução da legislação brasileira sobre o tema. Elencamos os principais marcos teóricos que sustentam um trabalho metodológico de ensino-aprendizagem a partir da teoria histórico-cultural de Vygotsky. A partir disso, o trabalho de campo foi realizado na nossa prática diária, enquanto observador inserido no dia a dia, enquanto orientador pedagógico de uma escola da prefeitura desta cidade. A análise desta realidade, a partir do referencial citado, revela ainda muitas fragilidades a serem superados e que a inclusão nesta escola é exclusiva no sentido de formação conceitual, de aceitação dessas crianças pelos seus pares de sala de aula e exigem um melhor preparo dos sujeitos que são responsabilizados pelo zelo desses alunos. Assinalamos a necessidade de novos estudos sobre o tema, embora saibamos que existem vários, no sentido de valorização social desses alunos, dos seus professores e um trabalho pedagógico envolvendo os alunos de toda escola. Ainda, indicamos a necessidade de o Estado traçar políticas que tenham como objetivos a reestruturação da família desses alunos, levando informação e conhecimento sobre a importância de seu apoio para o desenvolvimento desses alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Constituição. Formação. Tecnologia.

ABSTRACT

During our training to become Mathematics teachers, the inclusion of students with special needs became an important field of research for my work in elementary schools. Thus, this work investigates the relationship between legislation and its practice in elementary schools, taking into account the training of school agents and its physical structure, as a material and immaterial condition for the consolidation of the work of inclusion, which leads directly to the problem of our research, namely: What is the relationship between legislation, the theory of training and the practice of inclusion in a basic school in Goiânia? To conduct the research, we investigated the evolution of Brazilian legislation on the subject. We listed the main theoretical frameworks that support a methodological work of teaching and learning based on Vygotsky's historical-cultural theory. From this, the fieldwork was carried out in our daily practice, as an observer inserted in the day-to-day, as a pedagogical advisor of a school of the city government of this city. The analysis of this reality, based on the reference, still reveals many weaknesses that need to be overcome and that inclusion in this school is exclusive in the sense of conceptual formation, of acceptance of these children by their peers in the classroom, and requires better preparation of the individuals who are responsible for the care of these students. We point out the need for new studies on the subject, although we know that there are several, in the sense of social appreciation of these students, their teachers and pedagogical work involving students from the entire school. Furthermore, we indicate the need for the State to outline policies that aim to restructure the families of these students, providing information and knowledge about the importance of their support for the development of these students.

KEYWORDS: Inclusion. Constitution. Training. Technology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. O INÍCIO DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO	09
1.1 PRINCIPAIS MARCOS NO BRASIL	10
2. VISÃO DE LEV VYGOTSKY EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	11
3. POR QUE CITAR A TEORIA HISTÓRICO CULTURAL PARA FALAR DA INCLUSÃO?	14
4. O PAPEL DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E IGUALITÁRIA	16
5. OS DIREITOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	18
6. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL EM 2025: AVANÇOS E DESAFIOS ATUAIS	20
7. ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE TEM SIDO IMPLEMENTADAS PARA GARANTIR A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO REGULAR	22
8. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO PILAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	24
9. A TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS	26
9.1 DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO USO DA TECNOLOGIA INCLUSIVA	26
10. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA FORMAÇÃO DOCENTE	27
11. BOAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	28
12. ADAPTAÇÃO CURRICULAR COMO ESTRATÉGIA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR	29
13. CAMINHOS NECESSÁRIOS PARA AVANÇAR NA INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL	31
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

✓ Analisar os avanços, desafios e práticas da educação inclusiva no Brasil, refletindo sobre as condições necessárias para a construção de uma escola democrática, acessível e comprometida com o direito de todos à aprendizagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

✓ Investigar os principais marcos legais e políticos que sustentam a educação inclusiva no Brasil e sua aplicação nas redes de ensino.

✓ Identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas na efetivação da inclusão de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.

✓ Apontar boas práticas pedagógicas e estratégias inclusivas utilizadas em instituições de ensino brasileiras que promovem o acesso e a participação de todos os alunos.

✓ Discutir o papel da formação docente e do uso de tecnologias assistivas como elementos fundamentais para o sucesso da inclusão escolar.

✓ Refletir sobre a importância da cultura escolar e da sensibilização da comunidade para o fortalecimento de valores como respeito à diversidade, empatia e equidade.

✓ Propor ações concretas que contribuam para o avanço da inclusão educacional, considerando diferentes contextos sociais, culturais e econômicos.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema de extrema relevância no cenário educacional contemporâneo, pois se alinha aos princípios dos direitos humanos, da equidade e do respeito à diversidade. No Brasil, a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação é um direito garantido por diversos dispositivos legais, entre eles a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

Apesar dos avanços normativos e das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, o processo de efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre eles, destacam-se a formação de professores, a falta de acessibilidade física e pedagógica, o preconceito estrutural (capacitismo) e a resistência de algumas instituições escolares em romper com práticas excludentes. Dessa forma, discutir a inclusão nas escolas não é apenas uma necessidade teórica ou política, mas também uma urgência ética e pedagógica.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os avanços e desafios da educação inclusiva no Brasil, com foco na prática pedagógica e no papel da escola na construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo. Os objetivos específicos incluem: compreender os fundamentos legais e teóricos que sustentam a inclusão; identificar práticas pedagógicas eficazes e seus entraves; e refletir sobre a importância da formação continuada de professores para o atendimento às necessidades educacionais especiais.

A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica, com base em autores como Vygotsky (1993), além de documentos oficiais do Ministério da Educação. A pesquisa busca construir uma análise crítica e propositiva, contribuindo para o fortalecimento de práticas inclusivas no cotidiano escolar.

1. O INÍCIO DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

A inclusão nas escolas é resultado de um processo histórico e social que reflete mudanças nas concepções sobre deficiência, direitos humanos e educação. Durante muito tempo, pessoas com deficiência foram excluídas do convívio escolar, sendo muitas vezes institucionalizadas ou educadas em ambientes segregados, como escolas especiais. A ideia predominante era a de que essas pessoas não tinham condições de aprender ou de participar do ensino regular.

Antes da década de 1970, regia-se o modelo de Exclusão e Segregação, onde, pessoas com deficiência eram consideradas incapazes de aprender e ficavam fora da escola. Quando havia alguma oferta educacional, era feita em instituições especializadas ou asilos, totalmente segregadas do sistema comum. A deficiência era vista apenas do ponto de vista médico, como algo a ser "curado" ou "corrigido". A escola regular não se via responsável por essas crianças.

Educação como privilégio para os "normais".

Nas décadas de 1970 a 1990, o modelo era de Integração. A partir da pressão de movimentos sociais e mudanças legais, começou a haver uma tentativa de "inserir" alunos com deficiência nas escolas comuns. No entanto, essa integração era condicionada: o aluno precisava "se adaptar" à escola e ao currículo tradicional. Surgiram as chamadas salas especiais ou turmas separadas dentro das escolas regulares. O foco era "normalizar" o aluno, não transformar a escola. *Ainda era um modelo excludente, disfarçado de inclusão.*

Foi a partir das décadas de 1980 e 1990 que começou a ganhar força no Brasil e no mundo o movimento pela educação inclusiva, fundamentado na defesa dos direitos humanos e na busca por igualdade de oportunidades. A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante nesse processo, ao garantir o direito de todos à educação e reconhecer a diversidade como um valor a ser respeitado.

A partir da década de 1990, o modelo já era de Inclusão. Com a Declaração de Salamanca (1994), promovida pela UNESCO, os países signatários – incluindo o Brasil – passaram a assumir o compromisso de transformar seus sistemas educacionais, promovendo a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares. Essa declaração reforçou a ideia de que a escola deve se adaptar às necessidades de todos os alunos, e não o contrário. A inclusão passou a ser entendida como um direito humano. A escola passou a ser vista como responsável por acolher

a diversidade e eliminar barreiras. O foco mudou: não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola que deve se adaptar ao aluno.

A educação inclusiva passa a defender a participação, aprendizagem e pertencimento de todos, no mesmo espaço.

No Brasil, políticas públicas começaram a ser implementadas para tornar esse ideal uma realidade. A criação de salas de recursos multifuncionais, a formação de professores e o desenvolvimento de legislações específicas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), impulsionaram a presença de estudantes com deficiência no ensino comum.

O processo de inclusão escolar, no entanto, é contínuo e desafiador. Requer mudanças na cultura escolar, na formação docente, na estrutura física das escolas e no uso de tecnologias assistivas. Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) reafirmou o direito à educação inclusiva, vedando qualquer forma de exclusão ou discriminação.

Hoje, embora avanços tenham sido alcançados, a inclusão nas escolas ainda exige compromisso coletivo e ações concretas para garantir que todos os estudantes aprendam e convivam em ambientes acessíveis, respeitosos e equitativos.

1.1 PRINCIPAIS MARCOS NO BRASIL

1988 – Constituição Federal: Garante o direito à educação sem discriminação.

1996 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional): Inclui a Educação Especial como modalidade transversal.

2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial.

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

2015 – Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Conclui-se que: a inclusão escolar não começou de forma espontânea ou imediata. Foi (e ainda é) fruto de muita luta social, mudanças legais, revisão de paradigmas e transformação cultural.

Hoje, a escola é chamada a ser plural, acessível, colaborativa e centrada no respeito às diferenças, não apenas como obrigação legal, mas como compromisso ético.

2. VISÃO DE LEV VYGOTSKY EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A teoria histórico-cultural, desenvolvida por Lev Vygotsky, tem uma forte ligação com os princípios da educação inclusiva, especialmente por sua compreensão de que o desenvolvimento humano é profundamente influenciado pelas interações sociais, culturais e pelo meio. Essa abordagem é uma das bases mais potentes para justificar e orientar práticas inclusivas na educação.

Segundo essa teoria todos aprendem com mediação social. Vygotsky afirma que o conhecimento se constrói na relação com o outro. Isso significa que todas as crianças — com ou sem deficiência — podem aprender, desde que tenham acesso a interações sociais ricas, mediadas por adultos ou colegas mais experientes. A interação com a turma não é um obstáculo, mas uma ferramenta de aprendizagem para o estudante com deficiência. Dessa observação, concluímos que não é saudável separar crianças com alguma necessidade especial das outras.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é útil em se tratando de ensino-aprendizagem de crianças. A ZDP é o espaço entre o que o aluno consegue fazer sozinho e o que ele pode fazer com ajuda. Na perspectiva inclusiva, não se trata de adaptar para o nível que o aluno já domina, mas de promover situações de aprendizagem que ampliem sua autonomia, com suporte pedagógico. Isso justifica o uso de imagens (ajudas pedagógicas temporárias) como recursos visuais, tutoria entre pares e o apoio do AEE.

Para Vygotsky, a deficiência não define o sujeito, mas é uma condição que pode ser superada ou minimizada por meio da cultura, da linguagem e da interação social, criticando severamente as visões puramente médicas da deficiência e defende que a barreira principal é a forma como a sociedade organiza o ensino e as relações sociais, por exemplo não atuando no desenvolvimento dessas crianças.

A linguagem, os símbolos e os contextos culturais são ferramentas para o desenvolvimento. A escola deve ser um espaço rico em estímulos culturais, simbólicos e linguísticos, acessível a todos. Isso exige a inclusão de múltiplas formas de expressão e comunicação (como Libras, pictogramas, tecnologias assistivas etc.).

A aprendizagem não é solitária — é por meio da colaboração que o indivíduo se desenvolve. O trabalho colaborativo na sala de aula, o respeito à diversidade e a valorização das diferenças são práticas coerentes com a teoria histórico-cultural.

Lev Vygotsky, embora tenha vivido no início do século XX (1896–1934), deixou ideias poderosas que anteciparam princípios fundamentais da educação inclusiva, especialmente sobre aprendizagem mediada, desenvolvimento humano e superação de dificuldades por meio da interação social e da cultura.

Para Vygotsky: aquilo que a criança consegue fazer hoje com ajuda, conseguirá fazer sozinha amanhã. Se referindo à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que fundamenta o apoio pedagógico na inclusão. Indica que com mediação adequada, qualquer aluno pode se desenvolver além do que mostra em avaliações tradicionais.

Dessa forma, o aprendizado desperta uma série de processos internos de desenvolvimento, que operam apenas quando a criança está em interação com pessoas em seu ambiente e em cooperação com seus pares. Vygotsky defende que o desenvolvimento é social e relacional. Isso sustenta a ideia de que a presença de crianças com deficiência no convívio escolar é fundamental, tanto para elas quanto para os colegas.

A deficiência não é o fator determinante, mas sim suas consequências sociais. Vygotsky já antecipava a noção de que a deficiência não determina o fracasso escolar, e que o modo como a sociedade e a escola reagem a ela é o que pode gerar exclusão.

Vygotsky estabelece que cada função psíquica, no desenvolvimento cultural da criança, aparece duas vezes: primeiro no nível social (entre as pessoas) e depois no nível individual, enquanto função psíquica. Isso reforça que o aprendizado começa na interação, o que dá base à prática de incluir todos no mesmo espaço de aprendizagem.

Uma criança com deficiência não é uma criança menos capaz; é uma criança que se desenvolve por caminhos diferentes. Aqui, Vygotsky mostra uma visão anticapacitista e progressista, vendo o potencial de cada criança além da limitação.

Enfim, Vygotsky enxergava o sujeito com deficiência não como alguém a ser corrigido, mas como alguém que pode e deve se desenvolver plenamente com apoio, cultura e interação.

3. POR QUE CITAR A TEORIA HISTÓRICO CULTURAL PARA FALAR DA INCLUSÃO?

Citar a teoria histórico-cultural, desenvolvida por Lev Vygotsky e seus seguidores, é muito relevante ao falar de inclusão porque essa abordagem oferece fundamentos sólidos para compreender o desenvolvimento humano como um processo social, cultural e interativo — elementos centrais quando se pensa na educação inclusiva.

A teoria destaca que o desenvolvimento ocorre por meio da interação com o outro, especialmente com adultos e pares mais experientes. Isso reforça a importância de ambientes escolares inclusivos, onde todas as crianças, independentemente de suas limitações ou habilidades, aprendem umas com as outras. Inclusão, nesse sentido, não é apenas um direito, mas uma condição essencial para o desenvolvimento humano pleno.

A ideia de ZDP mostra que o que a criança ainda não consegue fazer sozinha, pode realizar com apoio (mediação). Isso apoia práticas pedagógicas inclusivas, nas quais o professor atua como mediador e adapta estratégias para que cada aluno avance a partir de suas potencialidades. A inclusão não foca no déficit, mas nas possibilidades de aprendizagem com suporte adequado.

Para Vygotsky, a criança é ativa em seu processo de aprendizagem, mesmo que apresente deficiência. A escola, portanto, deve reconhecer e valorizar as formas diversas de expressão, comunicação e desenvolvimento dos alunos.

A teoria histórico-cultural vê a linguagem e a cultura como instrumentos essenciais para a construção do pensamento. Isso amplia a ideia de currículo e reforça a importância de reconhecer e respeitar as diferentes culturas e modos de ser presentes no ambiente escolar.

Ao contrário de abordagens que patologizam o aluno, a teoria de Vygotsky sustentam uma perspectiva ético-humanista: a deficiência não está só no indivíduo, mas nas barreiras sociais e pedagógicas que impedem a participação plena.

Concluo aqui dizendo que não ensinar conceitos científicos às crianças com deficiência é uma forma de exclusão. A teoria histórico-cultural, de Vygotsky, mostra que o desenvolvimento do pensamento se dá por meio da mediação social e da apropriação de conhecimentos sistematizados, como os conceitos científicos. Negar esse acesso significa impedir que essas crianças desenvolvam plenamente suas

capacidades cognitivas. Segundo Vygotsky, todas as crianças — com ou sem deficiência — têm potencial de aprendizagem quando inseridas em contextos ricos de interação, com apoio adequado. Assim, a teoria oferece base teórica e prática para defender uma educação inclusiva e de qualidade, garantindo o direito de todos ao conhecimento científico.

4. O PAPEL DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E IGUALITÁRIA

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária vai além das salas de aula e das políticas públicas. Ela depende de uma ação conjunta de toda a sociedade — famílias, escolas, gestores, profissionais da saúde, universidades, meios de comunicação e cidadãos em geral.

Um dos principais caminhos para a inclusão é o respeito à diversidade humana, reconhecendo que cada indivíduo aprende de maneira diferente e tem direito a desenvolver-se plenamente, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Por isso, é essencial que a sociedade combata o preconceito e a discriminação, valorizando a convivência com as diferenças.

As famílias têm papel central nesse processo, promovendo desde cedo uma cultura de empatia e respeito. Apoio e parceria com a escola: manter diálogo constante, compartilhar informações sobre as necessidades dos filhos, participar das decisões escolares. Combate ao preconceito dentro de casa: ensinar valores de respeito à diversidade e empatia desde a infância. Participação em conselhos escolares e fóruns comunitários, defendendo políticas inclusivas.

As empresas e instituições podem colaborar com ações de responsabilidade social, apoiando projetos educativos inclusivos, acessibilidade e formação de profissionais. Apoiar financeiramente projetos de inclusão nas escolas (patrocínios, doações, programas sociais). Desenvolver e distribuir tecnologias assistivas e materiais pedagógicos acessíveis. Empregar pessoas com deficiência e oferecer formação, contribuindo para a continuidade da inclusão no mercado de trabalho.

Os meios de comunicação também exercem uma influência importante, podendo contribuir com a sensibilização da população por meio da divulgação de boas práticas, histórias inspiradoras e informação de qualidade sobre inclusão e direitos das pessoas com deficiência. Promover representatividade de pessoas com deficiência e outras diversidades (étnico-raciais, de gênero, etc.). Divulgar boas práticas de inclusão nas escolas e comunidades. Combater estigmas por meio de linguagem respeitosa e acessível.

As Universidades e Instituições de Pesquisa, devem produzir conhecimento acessível sobre inclusão, deficiência e práticas pedagógicas eficazes. Realizar

projetos de extensão universitária em parceria com escolas e comunidades. Formar profissionais conscientes da diversidade e capacitados para lidar com ela.

Em meio às Organizações da Sociedade Civil, ONGs, associações de pais, coletivos e fundações, estas podem oferecer apoio a famílias; promover capacitação de educadores; monitorar políticas públicas e cobrar avanços; defender os direitos das pessoas com deficiência.

Junto ao Poder Público e Cidadania Ativa, a sociedade pode pressionar governos por orçamento, acessibilidade e políticas educacionais justas. Participar de conferências municipais e conselhos de educação. Denunciar práticas excludentes e lutar pela implementação plena da Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Além disso, as Atitudes Individuais, competem a combater o capacitismo e o preconceito no cotidiano: linguagem, piadas, estereótipos. Apoiar colegas, vizinhos, estudantes e familiares com deficiência de forma respeitosa, sem paternalismo. Valorizar a diversidade como um enriquecimento social, não como um problema a ser “tolerado”.

Enfim, uma educação inclusiva é responsabilidade de todos. Quando famílias, comunidades, empresas, governos e indivíduos agem em conjunto, criam-se condições para que todas as pessoas aprendam, convivam e se desenvolvam com dignidade e equidade.

5. OS DIREITOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, os estudantes com deficiência têm seus direitos educacionais assegurados por uma série de leis e políticas públicas que visam garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em igualdade de condições com os demais alunos. Esses direitos são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, sendo garantido o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa diretriz é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que determina a oferta de serviços de apoio pedagógico, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sem prejuízo da participação nas atividades escolares comuns.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015) é um marco na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação inclusiva. Segundo a LBI, é proibida qualquer forma de discriminação no acesso à educação, sendo dever das instituições garantir condições de acessibilidade, materiais adaptados, profissionais de apoio, intérpretes de Libras, tecnologias assistivas e adaptações curriculares, sempre que necessário.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor desde 2014, estabelece metas para a inclusão de estudantes com deficiência, com foco na ampliação do acesso à educação básica e superior, na formação de professores para o atendimento inclusivo e na melhoria das condições de acessibilidade nas escolas.

Para que esses direitos sejam efetivamente garantidos, é necessário:

- ✓ Formação contínua de professores para lidar com a diversidade em sala de aula e utilizar práticas pedagógicas inclusivas.
- ✓ Investimentos em acessibilidade física e pedagógica, como rampas, banheiros adaptados, materiais em braile, recursos audiovisuais e tecnologia assistiva.
- ✓ Apoio especializado dentro das escolas, como salas de recursos multifuncionais, professores de apoio e profissionais de Libras.

✓ Atuação das famílias e da comunidade escolar no processo de inclusão, promovendo uma cultura de respeito à diversidade e ao direito à diferença.

Garantir os direitos educacionais dos estudantes com deficiência não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso ético com a equidade, a cidadania e a dignidade humana. A inclusão plena na educação é um passo essencial para a construção de um futuro com mais oportunidades para todos.

6. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL EM 2025: AVANÇOS E DESAFIOS ATUAIS

A inclusão educacional de pessoas com deficiência tem se consolidado como um direito fundamental no Brasil, especialmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Com base na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o país adotou medidas para garantir o acesso, permanência e participação desses estudantes na rede regular de ensino. No entanto, em 2025, apesar dos marcos legais e das políticas públicas implementadas, a concretização da inclusão ainda esbarra em desafios significativos que comprometem a qualidade e a equidade na educação.

Alguns avanços Legais e Políticos:

Nas últimas décadas, o Brasil construiu um arcabouço jurídico robusto em defesa da educação inclusiva. Destacam-se:

- A Constituição Federal de 1988, que garante o direito à educação e ao atendimento educacional especializado;
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que inclui o Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- O Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014), que estabelece metas para a universalização da educação inclusiva;
- A já mencionada Lei Brasileira de Inclusão (2015), que proíbe a exclusão de alunos com deficiência de instituições de ensino sob qualquer justificativa.

Tais normativas reforçam a ideia de que a educação deve ocorrer, preferencialmente, em ambientes inclusivos, com apoio pedagógico, infraestrutura acessível e capacitação docente.

Dentre os desafios persistentes da Inclusão Escolar em 2025, apesar do avanço normativo, a realidade educacional brasileira ainda apresenta uma série de desafios que dificultam a efetiva inclusão dos alunos com deficiência:

Entre os principais obstáculos estão:

- ✓ **Formação Insuficiente de Professores:** a falta de formação específica para lidar com a diversidade é um dos entraves mais recorrentes. Muitos docentes não se sentem preparados para adaptar conteúdos, utilizar tecnologias assistivas ou desenvolver práticas pedagógicas inclusivas (MEC, 2022). A formação continuada,

embora prevista em políticas públicas, ainda é pouco difundida ou desarticulada da realidade escolar.

✓ Deficiências na Infraestrutura e Recursos: grande parte das escolas públicas ainda carece de acessibilidade arquitetônica e recursos pedagógicos adaptados, como materiais em braile, softwares leitores de tela e equipamentos para comunicação alternativa. A ausência desses recursos compromete a autonomia e o processo de aprendizagem dos estudantes.

✓ Escassez de Profissionais de Apoio: a presença de profissionais como intérpretes de Libras, professores de apoio especializado, psicopedagogos e terapeutas ocupacionais ainda é limitada, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, aprofundando desigualdades regionais no atendimento educacional.

✓ Barreiras Atitudinais: mesmo com avanços legais, a discriminação e o preconceito continuam sendo obstáculos significativos à inclusão. Barreiras atitudinais por parte de gestores, colegas e até familiares ainda limitam a convivência e o respeito à diferença no ambiente escolar.

✓ Descontinuidade das Políticas Públicas: a falta de continuidade administrativa, mudanças de governo e ausência de financiamento regular têm prejudicado programas de formação, compra de materiais acessíveis e expansão do AEE. A educação inclusiva requer políticas permanentes, intersetoriais e sustentadas por planejamento de longo prazo.

Apesar desses desafios, a educação inclusiva no Brasil continua sendo um processo em construção, que exige não apenas leis e políticas, mas sobretudo o compromisso coletivo da sociedade. Para que a inclusão se torne realidade plena, é necessário garantir investimentos, formação de qualidade, valorização da diversidade e um novo olhar sobre o papel da escola na promoção da equidade.

7. ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE TEM SIDO IMPLEMENTADAS PARA GARANTIR A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO REGULAR

A inclusão de estudantes com deficiência na educação regular tem sido uma prioridade crescente nas políticas públicas educacionais em muitos países, incluindo o Brasil. Essas políticas visam garantir o direito à educação de qualidade para todos, conforme previsto na Constituição Federal e em diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), representa um marco legal fundamental na promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a LBI estabelece diretrizes para garantir igualdade de oportunidades, acessibilidade e inclusão social em todos os setores da sociedade, especialmente na educação.

No campo educacional, a LBI reforça a importância da educação inclusiva e determina que as instituições de ensino, públicas e privadas, ofereçam atendimento educacional especializado, recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, sem qualquer custo adicional para o aluno com deficiência. Essa determinação converge com as metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que traça estratégias para a universalização do acesso à educação de qualidade e inclusiva. Entre suas metas, destaca-se a necessidade de ampliar a formação de professores e garantir ambientes escolares acessíveis para todos os estudantes.

Nesse sentido, o Programa de Formação Continuada de Professores desempenha um papel essencial. Essa iniciativa visa capacitar os educadores para atuarem em contextos inclusivos, promovendo práticas pedagógicas que considerem as diferentes necessidades dos alunos. A formação contínua permite que os profissionais desenvolvam competências para utilizar tecnologias assistivas — ferramentas, dispositivos e recursos que ampliam a funcionalidade e a autonomia de estudantes com deficiência.

A acessibilidade e o uso de tecnologias assistivas são, portanto, pilares para a efetivação da inclusão no ambiente escolar. Rampas de acesso, materiais em braille,

softwares leitores de tela, pranchas de comunicação alternativa e recursos de audiodescrição são exemplos de como a tecnologia pode eliminar barreiras e possibilitar uma aprendizagem equitativa.

Assim, a convergência entre a LBI, o PNE, os programas de formação docente e os avanços em acessibilidade e tecnologia representam um compromisso coletivo com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, onde todas as pessoas possam exercer plenamente seus direitos, especialmente o direito à educação.

8. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO PILAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva exige mudanças estruturais, pedagógicas e culturais no ambiente escolar. Entre os elementos centrais desse processo, destaca-se a formação dos professores, responsáveis por acolher e atender à diversidade dos estudantes em sala de aula. Traço aqui uma discussão de como os docentes podem se preparar para atuar de forma efetiva na perspectiva inclusiva, analisando os principais desafios, estratégias formativas e a importância da colaboração multidisciplinar no contexto educacional brasileiro. Com base em documentos legais e estudos recentes, argumenta-se que a formação continuada, a escuta pedagógica e o compromisso ético do educador são fundamentais para a consolidação de uma escola para todos.

Apesar dos avanços legais, muitos professores ainda se sentem despreparados para atuar em salas inclusivas. A formação inicial raramente aborda de maneira aprofundada temas como deficiência, acessibilidade, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas diferenciadas. Já a formação continuada, embora prevista em políticas públicas, muitas vezes é oferecida de forma fragmentada ou desarticulada da realidade escolar.

Além disso, há uma forte carência de materiais didáticos acessíveis, de tempo para planejamento pedagógico colaborativo e de apoio especializado dentro das escolas, o que limita a ação docente. A falta de investimento constante em capacitação e a ausência de espaços de troca entre educadores contribuem para a insegurança dos professores diante dos desafios da inclusão.

Para que os professores estejam preparados para atuar na educação inclusiva, são necessárias ações em diferentes níveis:

- ✓ **Formação Inicial com Base na Diversidade:** Os currículos dos cursos de licenciatura devem incorporar de forma obrigatória e transversal os princípios da educação inclusiva. É fundamental que futuros professores tenham contato com práticas inclusivas desde o início de sua formação, incluindo estágios em contextos diversos.

- ✓ **Formação Continuada e Prática Reflexiva:** A formação continuada deve ser uma política pública permanente, contextualizada e acessível. Cursos, oficinas, grupos de estudo e formações em serviço que incentivem a reflexão sobre a prática

docente são essenciais para o desenvolvimento profissional e para o aprimoramento de estratégias pedagógicas.

✓ Trabalho Colaborativo e Apoio Multidisciplinar: A atuação conjunta com profissionais de apoio, como professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), intérpretes de Libras, psicopedagogos e terapeutas, contribui para a construção de soluções coletivas para os desafios da inclusão. A gestão escolar deve promover espaços e tempos para essa cooperação efetiva.

✓ Escuta Pedagógica e Adaptação de Metodologias: O professor inclusivo é aquele que sabe ouvir, observar e adaptar suas práticas às necessidades específicas dos alunos. Isso inclui o uso de diferentes linguagens, recursos pedagógicos alternativos, flexibilização curricular e avaliação diferenciada.

Enfim, a preparação dos professores para a educação inclusiva é um fator determinante para o sucesso das políticas educacionais voltadas à equidade. A formação deve ser contínua, colaborativa e comprometida com o respeito à diversidade. A inclusão só se torna possível quando o professor acredita no potencial de todos os seus alunos e assume sua prática como um espaço de transformação social. Investir na qualificação docente é, portanto, investir na consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva, democrática e humanizadora.

9. A TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A tecnologia tem desempenhado um papel crescente na promoção da inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais. Analisamos aqui como os recursos tecnológicos, especialmente as tecnologias assistivas, contribuem para o acesso à aprendizagem, a autonomia e a participação desses alunos no contexto educacional. Nota-se a importância da formação docente, do investimento público e da acessibilidade digital como fatores essenciais para o uso efetivo da tecnologia na educação inclusiva. Dentro desse processo, a tecnologia surge como uma ferramenta estratégica para superar barreiras pedagógicas, comunicacionais e físicas, promovendo o acesso, a permanência e a participação dos estudantes na vida escolar.

As tecnologias assistivas são recursos, serviços e estratégias utilizados para ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, favorecendo sua independência e inclusão social. No ambiente educacional, esses recursos se adaptam às necessidades específicas de cada estudante, viabilizando o desenvolvimento de suas potencialidades.

Tais exemplos incluem:

- ✓ Leitores de tela e softwares de voz para estudantes com deficiência visual;
- ✓ Teclados e mouses adaptados, pranchas de comunicação e comunicadores alternativos para alunos com limitações motoras ou intelectuais;
- ✓ Aplicativos com pictogramas e jogos interativos para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- ✓ Vídeos com legendas e interpretação em Libras para alunos com deficiência auditiva.

Além disso, o uso de plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem, objetos de aprendizagem multimídia e dispositivos móveis permite uma personalização do ensino, adaptando os conteúdos ao ritmo e estilo de aprendizagem de cada estudante.

9.1 DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO USO DA TECNOLOGIA INCLUSIVA

Apesar das potencialidades, o uso da tecnologia na educação inclusiva enfrenta desafios importantes:

- Falta de formação docente: Muitos professores não receberam, durante sua formação inicial, preparo para utilizar recursos tecnológicos acessíveis e integrá-los ao currículo. A formação continuada em tecnologia assistiva ainda é insuficiente em muitas redes de ensino.
- Desigualdade no acesso: A distribuição desigual de recursos tecnológicos entre escolas urbanas e rurais, ou entre diferentes regiões do país, dificulta a universalização do uso dessas ferramentas.
- Falta de infraestrutura e suporte técnico: Muitas escolas não possuem internet adequada, computadores funcionais ou profissionais capacitados para orientar o uso das tecnologias.
- Produção de conteúdo acessível: Poucos materiais didáticos digitais são oferecidos em formatos acessíveis (braille digital, audiodescrição, Libras, fonte ampliada), limitando o alcance dos benefícios da tecnologia.

10. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA FORMAÇÃO DOCENTE

Para que a tecnologia contribua efetivamente com a inclusão escolar, é necessário que haja políticas públicas que garantam o acesso universal aos recursos tecnológicos, além de investimentos na formação de professores e profissionais de apoio. Iniciativas como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e os projetos de formação em tecnologia assistiva devem ser fortalecidos e atualizados com foco na inclusão.

A articulação entre os setores de educação, tecnologia e assistência social também é essencial para ampliar o acesso a dispositivos e garantir a manutenção e atualização dos recursos existentes nas escolas.

Contudo, a tecnologia tem um papel transformador no processo de inclusão escolar. Quando utilizada de forma adequada, ética e pedagógica, ela promove autonomia, aprendizagem significativa e participação ativa de estudantes com necessidades especiais. Contudo, para que seus benefícios sejam efetivos, é necessário superar as desigualdades de acesso, formar os professores e promover uma cultura educacional comprometida com a equidade. O uso consciente e planejado da tecnologia é um passo fundamental para a construção de uma escola inclusiva e democrática.

11. BOAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, o Brasil conta com diversos exemplos de boas práticas de inclusão escolar, que mostram como é possível construir uma educação mais justa, acessível e participativa para todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência ou outras necessidades específicas.

Uma dessas boas práticas é a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). O AEE ocorre no contraturno escolar e oferece recursos pedagógicos e apoio individualizado, promovendo o desenvolvimento da autonomia e o acesso ao currículo comum.

Outra prática importante está na atuação de salas de recursos multifuncionais, implantadas em diversas redes públicas, que disponibilizam materiais e tecnologias assistivas, como softwares leitores de tela, teclados adaptados e pranchas de comunicação. Esses espaços permitem o suporte pedagógico necessário para alunos com deficiência intelectual, motora, visual, auditiva e múltipla.

Algumas escolas têm se destacado pela formação contínua dos professores, oferecendo cursos sobre educação inclusiva, acessibilidade e adaptações curriculares. Essas formações ajudam os docentes a repensar suas práticas, flexibilizar metodologias e promover a participação efetiva de todos os estudantes.

Também há boas experiências com o uso da mediação escolar por profissionais como intérpretes de Libras, guias-intérpretes e cuidadores, que garantem a comunicação, o deslocamento e o bem-estar dos alunos com deficiência sensorial ou múltipla dentro do ambiente escolar.

Por fim, projetos de inclusão têm envolvido também a comunidade escolar, promovendo campanhas de conscientização, rodas de conversa, atividades interativas e eventos culturais que valorizam a diversidade e o respeito às diferenças.

Essas iniciativas demonstram que a inclusão é possível quando há comprometimento da gestão, formação adequada, recursos acessíveis e atitude acolhedora por parte de toda a comunidade escolar. Cada avanço, por menor que pareça, é um passo importante para consolidar uma escola mais humana e inclusiva.

12. ADAPTAÇÃO CURRICULAR COMO ESTRATÉGIA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

A diversidade presente nas salas de aula exige que o currículo escolar seja flexível, acessível e sensível às diferentes formas de aprender. A adaptação curricular é uma estratégia essencial para garantir o direito de todos os estudantes à aprendizagem, especialmente aqueles com deficiência ou com outras necessidades educacionais específicas.

Adaptar o currículo não significa reduzir o conteúdo ou "facilitar" o ensino, mas sim reestruturar objetivos, métodos, materiais e formas de avaliação, levando em consideração as singularidades de cada aluno. Essa prática está alinhada com os princípios da educação inclusiva, que busca oferecer igualdade de oportunidades sem ignorar as diferenças individuais.

As adaptações curriculares podem ser de dois tipos principais:

- Adaptações de acesso, que envolvem mudanças no ambiente físico, na organização da sala, no uso de tecnologias assistivas e na comunicação (como Libras ou pictogramas), para que o aluno possa participar das atividades escolares;
- Adaptações curriculares propriamente ditas, que modificam os conteúdos, objetivos, estratégias pedagógicas ou avaliações para atender às necessidades específicas do estudante, sem comprometer sua participação nos processos educacionais.

Um exemplo prático é a flexibilização da forma de avaliação: um aluno com deficiência visual pode realizar uma prova oral ou em braile, enquanto um aluno com autismo pode apresentar um trabalho prático no lugar de uma prova escrita tradicional. O importante é que a avaliação respeite o modo como o estudante melhor expressa seu conhecimento.

Além disso, a diferenciação pedagógica — isto é, planejar atividades com diferentes níveis de complexidade e formas de resolução — permite que todos os alunos sejam desafiados e valorizados dentro de suas capacidades.

A adaptação curricular deve ser feita de forma colaborativa, envolvendo professores regentes, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestores, famílias e, sempre que possível, o próprio aluno. Essa prática contribui para a construção de uma escola mais inclusiva, equitativa e democrática, em que todos tenham reais condições de aprender e se desenvolver.

Adaptar o currículo não significa "facilitar" ou "reduzir" a qualidade do ensino, mas tornar o conteúdo acessível e significativo para cada aluno. Quando feita com intencionalidade, criatividade e colaboração, a adaptação curricular transforma a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo e democrático.

13. CAMINHOS NECESSÁRIOS PARA AVANÇAR NA INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

A inclusão educacional no Brasil tem evoluído nas últimas décadas, especialmente com o fortalecimento de políticas públicas, legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a crescente valorização da diversidade no ambiente escolar. No entanto, ainda existem muitos desafios que impedem uma inclusão plena e efetiva, o que exige ações concretas e contínuas em várias frentes.

Um dos primeiros passos é garantir a formação adequada e contínua dos professores, tanto na formação inicial quanto na capacitação ao longo da carreira. Muitos docentes ainda se sentem inseguros para lidar com a diversidade em sala de aula, especialmente no que diz respeito à deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e dificuldades de aprendizagem. Uma formação que una teoria, prática e empatia é essencial.

Outro passo fundamental é o fortalecimento das estruturas de apoio, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), as salas de recursos multifuncionais e a atuação de profissionais como intérpretes de Libras, cuidadores, psicopedagogos e terapeutas ocupacionais. Esses profissionais devem estar presentes em todas as escolas que atendem alunos com deficiência.

Também é necessário garantir acessibilidade física, pedagógica e comunicacional em todos os ambientes escolares. Isso inclui desde rampas e banheiros adaptados até materiais didáticos acessíveis, tecnologias assistivas, métodos alternativos de avaliação e comunicação inclusiva. Além disso, o currículo escolar precisa ser flexível e adaptável, respeitando o ritmo e o estilo de aprendizagem de cada estudante. A prática pedagógica deve valorizar a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo, e não como um obstáculo.

Por fim, é essencial envolver toda a comunidade escolar no processo de inclusão: estudantes, famílias, professores, gestores e funcionários. A construção de uma cultura escolar inclusiva depende do diálogo, do acolhimento e do compromisso coletivo com os direitos humanos e a justiça social. Avançar na inclusão educacional no Brasil exige investimento, vontade política, formação, estrutura adequada e, acima de tudo, uma visão de educação que reconheça que todas as pessoas têm o direito de aprender e pertencer. A inclusão não é um favor — é um direito que precisa ser garantido com urgência, responsabilidade e sensibilidade.

CONCLUSÃO

A presente monografia abordou a educação inclusiva no Brasil, com foco nos avanços conquistados, nos desafios ainda enfrentados e nas práticas necessárias para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes. Ao longo do trabalho, foi possível observar que a inclusão escolar tem evoluído significativamente nas últimas décadas, impulsionada por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

Esses avanços jurídicos e políticos contribuíram para a ampliação do acesso de alunos com deficiência ao ensino regular e promoveram mudanças no discurso educacional, reforçando a necessidade de uma escola que reconheça e valorize as diferenças. No entanto, o caminho da inclusão ainda apresenta inúmeros desafios: a falta de formação específica de professores, a ausência de recursos adequados, a resistência de algumas instituições, e a dificuldade de adaptação curricular são alguns dos obstáculos mais recorrentes.

Por outro lado, a pesquisa também evidenciou boas práticas que vêm sendo implementadas em diversas redes de ensino, como o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o uso de tecnologias assistivas, a criação de materiais pedagógicos acessíveis e o envolvimento da comunidade escolar na construção de uma cultura inclusiva.

Em relação à formação da família, um dos pilares fundamentais para o sucesso da educação inclusiva. Quando as famílias estão bem informadas, conscientes de seus direitos e ativamente envolvidas no processo educativo, elas se tornam agentes transformadores da realidade de seus filhos e colaboradoras essenciais da escola. Por outro lado, a ausência de formação e apoio pode reforçar barreiras atitudinais, sociais e emocionais que dificultam a inclusão plena.

Investir na formação das famílias é, portanto, uma estratégia necessária e urgente. Isso implica oferecer suporte contínuo, espaços de diálogo e acesso a informações claras sobre inclusão, legislação, recursos pedagógicos e práticas inclusivas. Mais do que preparar os profissionais da educação, é preciso também

capacitar as famílias para que se sintam acolhidas, ouvidas e protagonistas do desenvolvimento dos seus filhos.

Somente com a participação ativa e consciente da família será possível construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, em que todos os indivíduos, com ou sem deficiência, tenham garantido seu direito à educação, à convivência e ao pleno exercício da cidadania.

Finalizo mediante a realidade vivida, onde que, a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular é um avanço importante, mas ainda apresenta desafios para a prática docente. Muitos professores se sentem despreparados, não por falta de comprometimento, mas por carência de formação, recursos e apoio. Investir na formação continuada dos docentes é essencial para que possam atuar com segurança e sensibilidade diante da diversidade. Assim, a inclusão deixa de ser um ideal abstrato e se torna uma prática real, baseada no respeito, na equidade e na qualidade do ensino para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva: promovendo a inclusão**. Revista Benjamin Constant, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MEC. **Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, 1994.

UNESCO. **Diretrizes sobre Políticas de Inclusão na Educação**, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos da psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.